

**OS DIREITOS
FUNDAMENTAIS
EM TIMOR-LESTE**

TEORIA E PRÁTICA

Título

OS DIREITOS FUNDAMENTAIS EM TIMOR-LESTE: TEORIA E PRÁTICA

1.ª Edição, Março 2015

Autoras

BÁRBARA NAZARETH OLIVEIRA
CARLA DE MARCELINO GOMES
RITA PÁScoa DOS SANTOS

Revisão Científica

Prof. Doutor JÓNATAS MACHADO
Mestre CRISTIANA LOPES

Fotografia da capa

YUICHI ISHIDA

Publicação

Ius Gentium Conimbrigae — Centro de Direitos Humanos da Faculdade de Direito
da Universidade de Coimbra

Provedoria dos Direitos Humanos e Justiça de Timor-Leste

Execução gráfica

Coimbra Editora, S.A.
R. Ferreira Borges, 77-79
3000-180 Coimbra

Tiragem inicial 250 exemplares

ISBN 978-989-20-5236-6

Depósito Legal n.º 389 471/15

Biblioteca Nacional de Portugal – Catalogação na Publicação

OLIVEIRA, Bárbara Nazareth, e outras

Os direitos fundamentais em Timor-Leste : teoria
e prática / Bárbara Nazareth Oliveira, Carla de
Marcelino Gomes, Rita Páscoa dos Santos
ISBN 978-989-20-5236-6

I – GOMES, Carla de Marcelino

II – SANTOS, Rita Páscoa dos

CDU 342

É permitida a reprodução, total ou parcial, desta obra, por qualquer meio, desde que não seja para fins comerciais e que seja devidamente identificada e citada.

BÁRBARA NAZARETH OLIVEIRA
CARLA DE MARCELINO GOMES
RITA PÁSCOA DOS SANTOS

OS DIREITOS FUNDAMENTAIS EM TIMOR-LESTE

TEORIA E PRÁTICA



Provedoria dos Direitos Humanos
e Justiça Timor-Leste



Ius Gentium Conimbrigae
Centro de Direitos Humanos
Faculdade de Direito
Universidade de Coimbra — Portugal

Díli, Timor-Leste — Coimbra, Portugal
2015

As opiniões inseridas na presente publicação são da exclusiva responsabilidade das autoras.

A realização desta publicação só foi possível com o apoio financeiro de:

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)

Governo da Nova Zelândia

Agência Sueca de Cooperação Internacional (SIDA)

Ius Gentium Conimbrigae — Centro de Direitos Humanos da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra — Portugal

A todos os juristas timorenses, atuais e futuros.

A vossa perseverança perante os desafios incomensuráveis que enfrentais, como verdadeiros guardiões dos direitos fundamentais em Timor-Leste, foi o que nos motivou a escrever este livro.

PREFÁCIO DO PROVIDOR DOS DIREITOS HUMANOS E JUSTIÇA DE TIMOR-LESTE

É com enorme prazer que a Provedoria dos Direitos Humanos e Justiça publica o primeiro livro inteiramente dedicado à questão da proteção e promoção dos direitos fundamentais em Timor-Leste.

No âmbito das competências do Provedor de proteção e promoção dos direitos humanos e da boa governação, tal como definidas nos seus Estatutos, é importante o desenvolvimento de materiais que possam contribuir para a criação de uma cultura de respeito por estes padrões. Entendo que a publicação de um livro desta natureza, visando discutir o enquadramento jurídico da proteção dos direitos fundamentais no país, bem como a sua aplicação pelos vários atores jurídicos, representa um importante passo nesse sentido.

O desenvolvimento deste livro assenta, desde logo, na necessidade identificada de se desenvolverem materiais de referência que possam apoiar a implementação dos direitos fundamentais pelo Estado, com especial atenção aos tribunais. Não há dúvidas quanto à obrigação que impende sobre o Estado de respeitar, proteger e promover os princípios e padrões de direitos humanos, enquanto parte do Direito internacional público. Aliás, os compromissos assumidos perante a comunidade internacional bem como a História que culminou na República Democrática de Timor-Leste demonstram o empenho incondicional do país em assegurar o gozo das garantias fundamentais pelo seu povo. Por outro lado, a inclusão dos direitos civis e políticos, assim como os sociais, culturais e económicos num texto constitucional, em que a conformidade de qualquer norma com as garantias fundamentais pode ser suscitada perante os tribunais, é prova da posição-chave que estes padrões assumem no ordenamento jurídico e da sua relevância para a concretização da Constituição.

No entanto, a nossa experiência até à data evidencia um certo grau de dificuldade na concretização das garantias fundamentais em situações con-

cretas, por força da real complexidade desta matéria. Acredito que o acesso a materiais académicos representa uma ferramenta importante para ultrapassar este desafio. Um livro como o que agora se publica representa ainda um instrumento importante para impulsionar a tradução das garantias fundamentais na elaboração de normas jurídicas, na interpretação das leis pelo poder judiciário e na aplicação destas pelos diferentes órgãos que formam o executivo.

Não obstante o facto de as matérias de direitos fundamentais suscitarem importantes questões teóricas, a realidade impôs o desenvolvimento, antes de tudo, de um material com um foco específico na sua aplicação. Assim, o livro adota uma abordagem teórico-prática relativamente às questões dos direitos fundamentais numa perspetiva fundamentalmente jurídica.

Com o amadurecimento do ordenamento jurídico em Timor-Leste, a necessidade de aceder a materiais académicos especificamente desenvolvidos para o contexto nacional crescerá. Esta obra possui a capacidade de, em muitos aspetos, de forma inédita, dar já alguma resposta a esta necessidade, mas, será imprescindível o desenvolvimento ulterior de outros materiais dedicados ao aprofundamento de questões específicas deste ramo do Direito, incluindo estudos sobre o sentido e alcance de certas garantias fundamentais em Timor-Leste.

O Provedor gostaria de agradecer ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), ao Governo da Nova Zelândia e à Agência Sueca de Cooperação Internacional (SIDA) pelo apoio técnico e financeiro prestado, sem o qual a publicação deste livro não teria sido possível.

O Provedor gostaria de expressar o seu agradecimento às autoras deste livro. A sua experiência combinada de mais de 20 anos de trabalho em/ sobre Timor-Leste, na elaboração de diplomas legislativos, assessoria jurídica, ensino e formação, bem como a sua formação académica especializada na área de direitos humanos representaram uma fonte fundamental de conhecimento.

A Provedoria agradece ainda ao *Ius Gentium Conimbrigae* — Centro de Direitos Humanos da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, por ter embarcado connosco neste desafio e por ter formado esta parceria, que esperamos seja duradoura. Considero que a revisão científica por professores da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra foi uma mais-valia para a sua produção, sobretudo, devido à necessidade de clarificação de muitas das questões consideradas, e ainda a um escasso acesso a materiais publicados nesta área relativos a Timor-Leste.

Espero verdadeiramente que a Provedoria dos Direitos Humanos e Justiça, através da publicação deste livro e por via da concretização desta parceria, entregue aos profissionais e estudantes de Direito um material didático, de nível académico, que é de Timor-Leste e sobre Timor-Leste, refletindo as particularidades do nosso ordenamento jurídico.

Díli, 10 de Dezembro de 2014.

Dr. Silvério Pinto Baptista
O Provedor



PREFÁCIO DO *IUS GENTIUM CONIMBRIGAE*

É com alegria que o *Ius Gentium Conimbrigae*/Centro de Direitos Humanos (IGC/CDH) da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra se associa a esta iniciativa de redação de um livro sobre direitos fundamentais em Timor-Leste. O IGC/CDH, primeiro centro universitário de ensino e investigação na área dos Direitos Humanos, em Portugal, tem como principal finalidade estudar e compreender questões internacionais contemporâneas, com particular ênfase naquelas que são de especial relevância no âmbito dos Países de Língua Oficial Portuguesa. Assim sendo, a elaboração deste estudo inscreve-se manifestamente no objeto estatutário do IGC/CDH e, mais do que isso, na sua razão de ser académica e científica.

O presente livro constitui um marco importante na relação institucional entre o IGC/CDH e a Provedoria dos Direitos Humanos e Justiça de Timor-Leste, que se ambiciona duradoura e frutuosa. A realização desta obra contou com a contribuição de várias entidades e pessoas, a quem o IGC/CDH agradece reconhecidamente. Desde logo, um agradecimento à Provedoria dos Direitos Humanos e Justiça de Timor-Leste e às autoras, sem os quais não teria sido possível concretizar este projeto. Cumpre igualmente agradecer aos doadores que, compreendendo a premência de tal empreitada, acreditaram na sua boa execução. Agradecemos, ainda, à equipa que o IGC/CDH destacou para a execução deste projeto e a todos os que nele intervieram, pelo seu empenho e dedicação.

Esta obra dedica-se à análise do sistema de direitos fundamentais estabelecido em Timor-Leste, visando, assim, contribuir para um reforço do conhecimento sobre esta matéria. Apresenta a característica de analisar, de forma inédita, algumas singularidades próprias de Timor-Leste, fazendo uso de uma vasta quantidade de informação e dados provindos do direito comparado, sem, no entanto, perder de vista a Constituição Timorense e demais fontes normativas, a doutrina e a jurisprudência nacionais. A análise integrada entre a teoria

e a prática proporciona ao utilizador uma leitura abrangente e de fácil acesso. Ao mesmo tempo, esta obra procura uma perfeita sintonia com as preocupações transnacionais do constitucionalismo contemporâneo, no sentido de fortalecer o respeito pelos direitos humanos, a democracia e o Estado de Direito e de promover os valores e princípios da boa governação. Este livro discorre sobre algumas matérias que ainda não foram alvo de estudo e oferece pistas para o diálogo no âmbito do Direito e da Justiça. É, portanto, um livro dedicado aos direitos fundamentais em Timor-Leste, que se espera venha a ser de utilidade no país, mas, também, em outros países aos quais Timor-Leste poderá servir de inspiração.

Fazemos votos de que as reflexões contidas nesta obra possam prestar um merecido tributo ao desenvolvimento notável que se verifica na construção do ordenamento jurídico timorense e, assim, de certa forma, contribuir para o desenvolvimento da doutrina e do próprio Direito timorenses.

Coimbra, 10 de Dezembro de 2014.

Professor Doutor Jónatas Machado
Diretor Executivo do *Ius Gentium Conimbrigae*/
Centro de Direitos Humanos da Faculdade de Direito
da Universidade de Coimbra



AGRADECIMENTOS

A elaboração do presente livro só foi possível devido à contribuição de várias instituições e pessoas que, acreditando no projeto, nele colaboraram, de alguma forma e em determinado momento do percurso. Considerando a essencialidade dessa colaboração, afigura-se-nos da mais elementar justiça que, nesta sede, lhes prestemos o merecido tributo público.

O resultado final foi superiormente enriquecido devido aos prestimosos e pertinentes comentários e sugestões do Professor Doutor Jónatas Machado e da Mestre Cristiana Lopes, ambos docentes da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, e que, para além da sua qualidade de revisores científicos deste livro, nos permitiram um frutífero diálogo intelectual, sempre dando primazia à liberdade académica das autoras que se responsabilizam pelas opções tomadas. A ambos agradecemos de forma muito sentida.

Cumpre-nos também agradecer aos seguintes investigadores e colaboradores que nos acompanharam, tantas vezes a desoras e com prazos limitados, mas, sempre com empenho, profissionalismo e dedicação: Dr.^a Fabiana Ramos Pereira, Dr.^a Maria Inês Basto, Dr.^a Rute Baptista, Dr.^a Joana Simão, Dr.^a Camilla Capucio, Dr. Rui Carlos Dissenha e Dr.^a Maria da Graça Canto Moniz.

O apoio institucional de várias entidades constituiu o esteio sobre o qual pudemos erigir as fundações do projeto, desde logo, a Provedoria dos Direitos Humanos e Justiça (PDHJ) de Timor-Leste, que liderou o projeto, e o *Ius Gentium Conimbrigael*/Centro de Direitos Humanos (IGC/CDH) da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra que prestou o acompanhamento técnico. Quanto à PDHJ, gostaríamos de agradecer, em especial, ao Dr. Sebastião Dias Ximenes, ex-Provedor dos Direitos Humanos e Justiça, por ter dado início a esta parceria e prestado um apoio instrumental ao desenvolvimento deste livro. Ainda, gostaríamos de agradecer ao Dr. Silvério Pinto Baptista, entretanto nomeado Provedor, e ao Dr. Rui Pereira pelas leituras e comentários pontuais. No que respeita ao IGC, cumpre-nos agradecer a toda a sua equipa, particular-

mente, à Dr.^a Ana Filipa Neves, à Dr.^a Catarina de Marcelino Gomes, e à Dr.^a Bárbara Alves, pelos diversos contributos que facilitaram todo o processo.

O apoio de outras entidades, a quem prestamos o nosso agradecimento, revelou-se igualmente importante, como é o caso da Representação do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH) em Timor-Leste, especialmente a Dr.^a Cláudia Diaz, pelo seu contributo na fase inicial do processo, do PNUD Timor-Leste, particularmente, a gerência do Projeto de Capacitação da PDHJ, pela mediação e execução de tarefas imprescindíveis, do Tribunal de Recurso, por, de forma célere, proporcionar o acesso aos acórdãos desse Tribunal, na sua página oficial, na *internet*, e do ABA-UNDP International Legal Resource Center (ILRC), pelo estudo *“International research on the right to non-discrimination in international, regional and domestic contexts relevant to Timor-Leste”* elaborado por Dr.^a Christina Salib, Dr. Devin O’Neill e Dr.^a Glenda T. Litong. Por fim, urge mencionar a Coimbra Editora e os seus profissionais que acolheram este nosso projeto, com a competência habitual, transformando-o em publicação.

Outros agradecimentos são igualmente devidos, nomeadamente, nas pessoas da Dr.^a Sara Abrantes Guerreiro, do Dr. Felismino Cardoso e do Dr. Bernardo Ayala, pela troca de ideias e comentários sobre matérias pontuais, que enriqueceram a análise contida aqui. Gostaríamos também de agradecer à Dr.^a Délia Belo, à Dr.^a Florisbela Meyknecht e à Dr.^a Monica Maria Santos Del Vecchio, por *in extremis* nos terem permitido o acesso a materiais de manifesta importância.

De significativa relevância foi também a contribuição de vários atores judiciais timorenses que, em questões concretas, nos auxiliaram com comentários e com a partilha de algumas das suas experiências e conhecimento.

Por último, cumpre-nos agradecer, terna e reconhecidamente, às nossas famílias e amigos pelo apoio incondicional, paciência e afeto.

As autoras

APRESENTAÇÃO

O presente livro designado *Os Direitos Fundamentais em Timor-Leste: Teoria e Prática* é fruto de uma parceria entre o *Ius Gentium Conimbriga*/Centro de Direitos Humanos da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, em Portugal e a Provedoria dos Direitos Humanos e Justiça de Timor-Leste.

Este livro trata primordialmente de um assunto: os direitos fundamentais em Timor-Leste, analisados de uma perspectiva jurídica. Esta publicação enseja tecer reflexões e parâmetros jurídico-normativos, com o intuito de auxiliar na compreensão das normas constitucionais relevantes para os direitos fundamentais. Pretende também refletir sobre a forma como os direitos fundamentais são incorporados no ordenamento jurídico timorense, tanto do ponto de vista teórico, como prático. É igualmente objetivo deste livro poder contribuir, ainda que de uma forma singela, para um entendimento abrangente e para uma aplicação reforçada da proteção normativa e jurisdicional dos direitos fundamentais e dos direitos humanos, em Timor-Leste. Assim, coloca à disposição de juristas, profissionais na área do Direito, estudantes, académicos e público em geral, ferramentas analíticas que poderão auxiliar na utilização e no estudo dos direitos fundamentais, no desenvolvimento do ordenamento jurídico, na interpretação judicial das suas normas e na realização e análise dos atos administrativos. Foi concebido como um potencial instrumento de trabalho na atividade diária dos profissionais de Direito.

Quanto ao conteúdo, o presente livro assenta na análise dos direitos fundamentais, à luz do ordenamento jurídico timorense que, desde a restauração da independência de Timor-Leste, tem observado uma evolução notável e em conformidade com a essência dos direitos fundamentais e dos direitos humanos. Do ponto de vista metodológico, pretende-se apresentar uma visão geral e introdutória dos direitos fundamentais em Timor-Leste, de uma forma que, sistemática e sinteticamente, auxilie no entendimento desta matéria verdadeiramente complexa.

O estilo escolhido oscila entre, por um lado, uma narrativa pedagógica e simplificada da análise e, por outro lado, uma elaboração mais aprofundada de algumas temáticas identificadas como prementes. Nesta linha, optou-se por utilizar, tanto quanto possível, uma linguagem direta e objetiva. Assim, a estrutura adotada, bem como os conteúdos selecionados e a sua dimensão resultam do que considerámos serem as necessidades mais pertinentes de análise no contexto de Timor-Leste, pelo que a sistemática adotada é reflexo dessas opções iniciais. No decurso da análise e da escrita, socorremo-nos de fontes primárias e secundárias, nomeadamente, do corpo normativo existente, de documentos e relatórios oficiais e da sociedade civil, da emergente jurisprudência nacional, da ainda escassa doutrina sobre o ordenamento jurídico timorense, do direito comparado e respetiva doutrina e jurisprudência, sobretudo, oriundos dos países de língua oficial portuguesa e de outros que se situem na mesma tradição civilista ou apresentem uma realidade socioeconómica e cultural aproximada à de Timor-Leste. Note-se, porém, que, à altura da escrita, a Guiné-Equatorial ainda não tinha sido admitida como membro da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), pelo que, quando nos referimos genericamente aos países da CPLP, aquele país não está incluído na nossa análise. Mais, dada a relação umbilical entre o ordenamento jurídico timorense e o direito internacional dos direitos humanos, esta fonte foi igualmente utilizada e notar-se-á que ambos surgem entrelaçados ao longo do livro.

Reconhecendo a importância fulcral entre a teoria dos direitos fundamentais e a sua aplicação prática, foi preocupação das autoras proceder a um enlace entre aquelas duas dimensões, a teoria e a prática, pelo que, sempre que oportuno e possível, a análise assenta nesses dois pilares fundacionais de todo o sistema dos direitos fundamentais. O conteúdo, estrutura e alcance do presente livro assumem, portanto, esse método de integração entre teoria e prática, com o objetivo de auxiliar a densificação e a concretização quotidiana dos direitos fundamentais em Timor-Leste, designadamente, pelos poderes públicos.

O livro está estruturado em seis capítulos. O Capítulo I é uma introdução à natureza e ao conceito dos direitos fundamentais e humanos, no âmbito nacional e internacional. Dada a ligação intrínseca entre a Constituição e os direitos fundamentais, entendeu-se que seria importante elaborar um capítulo de introdução à própria Constituição da República Democrática de Timor-Leste. Assim, o Capítulo II apresenta-nos, de forma sucinta, a estrutura da Constituição e as suas principais características no âmbito da organização política e judiciária, do sistema legislativo, do ordenamento jurídico e dos princípios orientadores da hermenêutica constitucional que são relevantes aos direitos fundamentais, debruçando-se, ainda, sobre a história da elaboração da Cons-

tuição timorense. O Capítulo III é dedicado ao regime dos direitos fundamentais, nomeadamente, aos direitos civis, políticos, económicos, sociais e culturais e à sua contextualização e efetivação no âmbito do ordenamento jurídico de Timor-Leste. O Capítulo IV aborda as limitações aos direitos fundamentais, entre elas, as restrições do âmbito dos direitos fundamentais e a suspensão do seu exercício. Atenta a fundamentalidade do princípio da igualdade na construção de todo o sistema de direitos fundamentais, o Capítulo V é dedicado a uma análise mais aprofundada do princípio da igualdade e a um dos seus reflexos, a proibição da discriminação. Por fim, o Capítulo VI debruça-se sobre a tutela jurisdicional dos direitos fundamentais, ou seja, sobre os meios jurisdicionais de que os particulares dispõem, de modo a garantir a efetividade dos seus direitos e a reagir contra as suas violações, e ainda sobre os métodos de controlo da constitucionalidade.

Considerando a complexidade das matérias analisadas e o facto de a legislação, a jurisprudência e a doutrina nacionais estarem em fase de franca evolução e de maturação, o contributo que se pretende é sobretudo o de conferir linhas possíveis de interpretação e de análise. Assim, e sobretudo em algumas matérias previsivelmente fraturantes, oferece-se propostas de reflexão e não necessariamente respostas precisas e definitivas, pelo que, este é um recurso didático assumidamente em progresso e inacabado. Por essa razão, e porque é um trabalho datado no tempo, deverá o utilizador certificar-se de que possui um conhecimento atualizado do ordenamento jurídico timorense.

Sublinha-se ainda que, visando a mais abrangente difusão possível do presente livro, ele poderá encontrar-se em versão eletrónica, na *internet*, nas páginas oficiais da Provedoria dos Direitos Humanos e Justiça de Timor-Leste e do *Ius Gentium Conimbrigael*/Centro de Direitos Humanos da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

Fazemos votos para que este livro possa representar um, ainda que humilde, contributo para a realização dos direitos fundamentais em Timor-Leste, estes que representaram um elevado desígnio na luta de libertação timorense.

Díli, Timor-Leste e Coimbra, Portugal
Agosto de 2014

Bárbara Nazareth Oliveira
Carla de Marcelino Gomes
Rita Páscoa dos Santos

APREZENTASAUN

Livru ida-ne'e ho naran *Direitu Fundamentál sira iha Timor-Leste: Teoria no Prátika* sai nu'udar rezultadu husi parseria ida entre *Ius Gentium Conimbri-gael*/Centro de Direitos Humanos da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, iha Portugal no Provedoria dos Direitos Humanos e Justiça de Timor-Leste.

Livru ida-ne'e trata liuliu asuntu ida: direitu fundamentál sira iha Timor-Leste, ne'ebé hetan analiza husi perspetiva jurídika ida. Publikasaun ida-ne'e koko atu halo reflesaun no parámetru jurídiku-normativu, ho objetivu atu hametin komprensaun kona-ba norma konstitusionál sira-ne'ebé relevante ba direitu fundamentál sira. Livru ne'e mós hakarak atu refleto kona-ba forma oinsá direitu fundamenál sira ne'e inkorpora iha ordenamentu jurídiku Timor-Leste nian, tantu hosi vizaun teórica, no mós prátika. Mós objetivu ida husi livru ida-ne'e mak atu bele kontribui, maski ho forma ida simples, ba koñesimentu ida-ne'ebé komprensivu no atu reforsa aplikasaun liu husi protesaun normativa no jurisdisional husi direitu fundamentál sira no husi direitus umanus, iha Timor-Leste. Nune'e, tau iha dispozisaun husi jurista sira, profisional sira iha área Direitu nian, estudante, akadémiku sira no públiku ein-jerál, instrumentu analítiku sira-ne'ebé bele ajuda ema hirak ne'e hodi utiliza no estuda direitu fundamentál sira, hodi desenvolve ordenamentu jurídiku, hodi hala'o interpretasaun judisial husi sirania norma sira no hodi implementa no analiza aktu administrativu sira. Desenvolve Livru ne'e nu'udar instrumentu potensial ida ba iha atividade serbisu diária husi profisional sira Direitu nian.

Kona-ba ninia konteúdu, Livru ida-ne'e bazeia ba análise husi direitu fundamentál sira, tuir pontu-vista ordenamentu jurídiku Timor-Leste nian, ne'ebé bele observa katak, dezde restaurasaun independénsia Timor-Leste nian, iha duni evolusaun ida estraordinária no tuir esénsia husi direitu fundamentál sira no direitus umanus. Hosi pontu-vista metodolójiku, Livru

ne'e iha hanoin atu apresenta vizaun jerál no introdutória ida husi direitu fundamentál sira iha Timor-Leste, ho forma ida ne'ebé, sistemátika no ho sintetiku, atu ajuda hametin komprensaun matéria ida-ne'e ne'ebé kompleksu tebetebes.

Estilu ne'ebé hili iha Livru ne'e maka estilu ida-ne'ebé namlele entre narrativa pedagójika ida, ne'ebé halo análise simples liu, no elaborasaun ida-ne'ebé klé'an liu husi temátika balu ne'ebé identifika nu'udar importante. Iha liña ida-ne'e, hili atu utiliza, bainhira posivel, linguajen ida-ne'ebé direta no objetiva. Nune'e, estrutura ne'ebé adota, no mós konteúdu sira-ne'ebé hetan hili no ninia dimensaun, hanesan rezultadu ba iha sá ida mak ita konsidera nu'udar nesiedade sira-ne'ebé relaciona ba análise kontestuál Timor-Leste nian, no ho nune'e sistemátika ne'ebé adota sai lalenok husi opsauun inisiál sira-ne'e. Durante Livru nia análise no eskrita, uza fonte primária no sekundária sira, liuliu, korpu normativu ne'ebé iha ona, dokumentu no relatóriu ofisiál sira no husi sosiedade sivil, jurisprudénsia nasional ne'ebé mosu-mai, doutrina uitoan kona-ba ordenamentu jurídiku Timor-Leste, no mós direitu komparadu no ninia doutrina no jurisprudénsia, liuliu, hosi nasaun sira ho lian ofisiál portugés no nasaun sira seluk ne'ebé tuir tradisaun sivilista hanesan ka apresenta realidade ida sosioekonómika no kulturál besik realidade Timor-Leste nian. Observa katak, iha tempu ne'ebé hakerek livru ida-ne'e, Guiné-Equatorial seidauk tama nu'udar membru husi Komuidade Estadu Lian Portugés nian (CPLP — tuir akronizmu iha lian Portugés), ho nune'e, bainhira refere iha aspektu jerál ba CPLP, Estadu ne'e la inklui iha ami nia análise. Ho tan, tanba relasaun sentrál entre ordenamentu jurídiku Timor-Leste nian no direitu internasionál husi direitus umanus, maka fonte ida-ne'e mós hetan utiliza, no bele nota katak buat rua ne'e mosu-mai ho liga ba malu iha Livru ne'e tomak.

Ho rekoñesimentu ba iha importánsia krusiál entre teoria direitu fundamentál sira no sirania aplikasaun prátika mak sai preokupasaun husi hakerrek-na'in sira atu dezenvolve koneksaun ida entre dimensaun rua ne'e, teoria no prátika, ne'ebé, bainhira iha oportunidade, análise hetan harii iha pilar funsióal rua sira-ne'e husi sistema tomak husi direitu fundamentál sira. Livru ne'e-nia konteúdu, estrutura no alkanse asume, portantu, métodu integrasaun ida-ne'e entre teoria no prátika ho objetivu atu apoiu densifikasaun no konkretizasaun loroloron husi direitu fundamentál sira iha Timor-Leste, liuliu, husi podér públiku sira.

Livru ne'e-nia estrutura konsiste husi kapitulu hamutuk ne'en. Kapitulu I nu'udar introdusaun ida kona-ba natureza no konseitu husi direitu funda-

mentál no direitu umanu sira, iha ámbitu nasional no internasionál. Tanba ligasaun inerente entre Konstituisaun no direitu fundamentál sira, haree katak importante atu elabora kapitulu introdusaun ida kona-ba Konstituisaun República Democrática Timor-Leste rasik. Nune'e, Kapitulu II apresenta mai ita, ho forma badak, estrutura husi Konstituisaun no ninia karakter prinsipál sira iha ámbitu husi organizaun polítika no judisária, husi sistema lejizlativu, husi ordenamentu jurídiku no husi prinsipiu orientadór sira husi interpretaun konstitusionál ne'ebé relevante ba direitu fundamentál sira, hakru'uk, mós, kona-ba istória elaborasaun Konstituisaun Timor-Leste nian. Kapitulu III dedika ba iha rejime husi direitu fundamentál sira, liuliu, ba direitus sivil, polítiku, ekonómiku, sosial no kulturál, no ba ninia kontestualizaun no efektivasaun iha ámbitu husi ordenamentu jurídiku Timor-Leste nian. Kapitulu IV trata kona-ba limitasaun ba iha direitu fundamentál sira, entre hirak, res-trisaun iha ámbitu direitu fundamentál sira no suspensaun ba ninia ezersísiu. Ho fó atensaun ba iha knaar fundamentál husi prinsipiu igualdade iha kons-trusaun sistema tomak husi direitu fundamentál sira, Kapitulu V dedika ba iha análise ida kle'an liu kona-ba prinsipiu igualdade no ninia refleksu ida, proi-bisaun hasoru diskriminasaun. Ikusliu, Kapitulu VI konsidera hela kona-ba tutela jurisdisionál husi direitu fundamentál sira, ka dehan de'it, husi meu jurisdisionál sira-ne'ebé ema partikulár sira iha atu garante direitu sira-nia efetividade no reaje hasoru violasaun sira, no mós husi métodu sira kontrolu ba konstitusionalidade.

Ho konsidera kompleksidade husi matéria sira-ne'ebé hetan analiza no bazeia ba iha faktu katak lejizlasaun, jurisprudénsia no doutrina nasional sira sei iha hela iha faze evolusaun no maturasaun, Livru ne'e nia objetivu atu sai nu'udar kontributu ba iha liña sira posível ba interpretaun no análise. Nune'e, no liuliu iha matéria balu ne'ebé bele lori opiniaun diverjente, Livru ne'e ofe-rese proposta sira refleksaun nian no la fó resposta sira-ne'ebé lolooss no defi-nitivu, ho nune'e, Livru ne'e sai nu'udar rekursu didátiku ida ne'ebé sei iha progresu dezenvolvimentu kontínuadu. Tanba razaun ida-ne'e, no tanba livru ne'e sai hanesan serbisu ida-ne'ebé tuir prazu tempu ida-nian, maka leitór sei aseguara atu iha koñesimentu ida atualizadu kona-ba ordenamentu jurídiku Timor-Leste nian.

Subliña mós katak, ho intensaun atu garante katak Livru ne'e-nia asesu sei ida ne'ebé luan liu mak bele hetan ninia versaun eletrónica, iha *internet*, iha pájina ofisiál sira husi Provedoria dos Direitos Humanos e Justiça de Timor-Leste no husi *Ius Gentium Conimbrigael*/Centro de Direitos Humanos da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

Ami dezeja livru ida-ne'e sei bele representa kontributu umilde ida iha realizasaun husi direitu fundamentál sira iha Timor-Leste, direitu sira-ne'ebé sai nu'udar objetivu boot tebes ida iha luta ba libertasaun Timor-Leste nian.

Díli, Timor-Leste no Coimbra, Portugal
Fulan-Agostu tinan-2014

Bárbara Nazareth Oliveira
Carla de Marcelino Gomes
Rita Páscoa dos Santos

SIGLAS E ACRÓNIMOS

- ACNUDH — *Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos*
- ANAAA — *Agência Nacional para a Avaliação e Acreditação Académica*
- ASEAN — *Association of Southeast Asian Nations (Associação de Nações do Sudeste Asiático)*
- CAVR — *Comissão de Acolhimento, Verdade e Reconciliação*
- CC — *Código Civil*
Aprovado pela Lei n.º 10/2011, de 14 de Setembro
- CCT — *Convenção Contra a Tortura e Outras Penas ou Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes*
Adotada e aberta à assinatura, ratificação e adesão pela resolução n.º 39/46 da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 10 de Dezembro de 1984.
Entrada em vigor na ordem internacional: 26 de Junho de 1987, em conformidade com o artigo 27.º, n.º 1.
Ratificada pela Resolução do Parlamento Nacional n.º 9 /2003, de 17 de Setembro
- CDC — *Convenção sobre os Direitos da Criança*
Adotada e aberta à assinatura, ratificação e adesão pela resolução n.º 44/25 da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 20 de Novembro de 1989.
Entrada em vigor na ordem internacional: 2 de Setembro de 1990, em conformidade com o artigo 49.º
Ratificada pela Resolução do Parlamento Nacional n.º 16/2003, de 17 de setembro
- CDPD — *Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência*
Adotada pela resolução A/RES/61/106 a 13 de Dezembro de 2006 e aberta à assinatura a 30 de Março de 2007.

- CEDAW — *Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination against Women (Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres)*
Adotada e aberta à assinatura, ratificação e adesão pela resolução n.º 34/180 da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 18 de Dezembro de 1979.
Entrada em vigor na ordem internacional: 3 de Setembro de 1981, em conformidade com o artigo 27.º, n.º 1.
Ratificada pela Resolução do Parlamento Nacional n.º 11 /2003, de 17 de Setembro
- CEDR — *Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial*
Adotada e aberta à assinatura e ratificação pela resolução 2106 (XX) da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 21 de Dezembro de 1965.
Entrada em vigor na ordem internacional: 4 de Janeiro de 1969, em conformidade com o artigo 19.º
Ratificada pela Resolução do Parlamento Nacional n.º 10 /2003, de 17 de Setembro
- CIDTM — *Convenção Internacional sobre a Protecção dos Direitos de todos os trabalhadores Migrantes e dos Membros das suas Famílias.*
Adotada pela resolução 45/158, de 18 de Dezembro de 1990, da Assembleia Geral das Nações Unidas.
Entrada em vigor na ordem internacional: 1 de Julho de 2003, em conformidade com o art. 87.º, n.º 1.
Ratificada pela Resolução do Parlamento Nacional n.º 23/2003, de 19 de Novembro.
- CNRT — *Congresso Nacional para a Reconstrução de Timor-Leste*
- CRDTL — *Constituição da República Democrática de Timor-Leste*
- CP — *Código Penal*
Aprovado pelo Decreto-Lei n.º 19 /2009 de 8 de Abril (com as alterações decorrentes da Lei n.º 6 /2009 de 15 de Julho, Lei n.º 17/2011, de 28 de dezembro e Lei n.º 5 /2013/III)
- CPDF — *Convenção Internacional para a Protecção de todas as Pessoas contra o Desaparecimento Forçado*
Adotada a 20 de Dezembro de 2006 pela Assembleia Geral das Nações Unidas na sua 61.ª sessão, através da resolução A/RES/61/177, e aberta à assinatura a 6 de Fevereiro de 2007.
Entrada em vigor na ordem internacional: 23 de Dezembro de 2010, em conformidade com o artigo 39.º
- CPLP — *Comunidade dos Países de Língua Portuguesa*
- CPC — *Código de Processo Civil*
Aprovado pelo Decreto-Lei n.º 1 /2006, de 21 de Fevereiro

- CPP — *Código de Processo Penal*
Aprovado pelo Decreto-Lei n.º 13/2005, de 1 de Dezembro
- CSMJ — *Conselho Superior da Magistratura Judicial*
- DUDH — *Declaração Universal dos Direitos Humanos*
Adotada e proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas na sua
Resolução 217A (III) de 10 de Dezembro de 1948
- ECOSOC — *Economic and Social Council of the United Nations (Conselho Económico*
e Social das Nações Unidas)
- F-FDTL — *FALINTIL — Forças Armadas de Libertação Nacional de Timor-Leste*
- FRETILIN — *Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente*
- IGC/CDH — *Ius Gentium Conimbrigae/Centro de Direitos Humanos da Faculdade*
de Direito da Universidade de Coimbra
- OIT — *Organização Internacional do Trabalho*
- ONG — *Organização não-governamental*
- ONU — *Organização das Nações Unidas*
- PDHJ — *Provedoria dos Direitos Humanos e Justiça*
- PIDCP — *Pacto Internacional sobre os Direitos Cívicos e Políticos*
Adotado e aberto à assinatura, ratificação e adesão pela resolução 2200A
(XXI) da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 16 de Dezembro de 1966.
Entrada em vigor na ordem internacional: 23 de Março de 1976, em
conformidade com o artigo 49.º
Ratificado pela Resolução do Parlamento Nacional n.º 3/2003, de 22 de
Julho
- PIDESC — *Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais*
Adotado e aberto à assinatura, ratificação e adesão pela resolução 2200A
(XXI) da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 16 de Dezembro de 1966.
Entrada em vigor na ordem internacional: 3 de Janeiro de 1976, em
conformidade com o artigo 27.º
Ratificado pela Resolução do Parlamento Nacional n.º 8 /2003, de 17
de Setembro
- PNTL — *Polícia Nacional de Timor-Leste*
- PNUD — *Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento*
- STJ — *Supremo Tribunal de Justiça*
- TSAFC — *Tribunal Superior Administrativo, Fiscal e de Contas*
- UNMIT — *United Nations Integrated Mission in Timor-Leste*
- UNTAET — *United Nations Transitional Administration in East Timor*